

CAPÍTULO 19

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande esforço coletivo que esteve por trás da pesquisa *Trajetórias, Redes e Poder: Aspectos das Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o Discurso do Sujeito Coletivo* teve por objetivo ampliar o conhecimento, hoje deficitário, sobre a sociedade civil capixaba, com ênfase em seu potencial e suas limitações para apoiar e estabelecer coalizões políticas que resultem em processos de governança democrática e participativa no Estado do Espírito Santo. Para tanto, buscamos realizar o imprescindível e inescapável trabalho inicial de mapear os principais traços identitários, trajetórias políticas, objetivos, estratégias de atuação, desafios e valores éticos e políticos que especificam as diversas instituições estudadas. Por outro lado, procuramos identificar as principais semelhanças e diferenças existentes entre elas, com a finalidade de mostrar comparativamente as principais potencialidades e limitações das mesmas para produzir articulações políticas daquela natureza.

Apesar do caráter eminentemente descritivo da tarefa proposta, não nos furtamos de arriscar alguns vãos analíticos instigados pela imensa riqueza dos dados colhidos – muito embora, a essência exploratória da pesquisa colocasse claros limites para análises mais definitivas, especialmente com relação às hipóteses e indicações elaboradas ao longo do presente trabalho, cuja confirmação necessitaria informações mais numerosas e robustas (novas entrevistas, mais investigação documental e bibliográfica, mais debates dentro da equipe de pesquisadores/as, etc.) para que nos rendessem teses gerais e, por que não dizê-lo, mais ousadas em relação ao nosso complexo objeto. Contudo, temos consciência de que o processo de pesquisa é, por natureza, inacabado, imperfeito e inesgotável, o que nos permite apresentar como conclusões finais, desta etapa, as análises a seguir, apesar de seu caráter paradoxalmente inconcluso.

A partir da comparação entre os quatro subgrupos nos quais reunimos as instituições pesquisadas, notamos que aquele ao qual chamamos de *mundo do trabalho* (sindicatos – Sintraconst, Sindfer, Intersindical e federação de trabalhadores da Agricultura - FETAES) possui duas características que unificam estas organizações e as distinguem das corporações patronais: i) todas elas parecem buscar, de maneira sistemática, legitimar-se junto às bases sociais que representam e, ii) constituem redes de articulação e/ou apoio político que se retroalimentam por meio de vínculos

endógenos, isto é, de parcerias, alianças e/ou apoios predominantemente construídos com organizações da mesma natureza. Senão, vejamos:

Em relação ao primeiro ponto, observamos que todas as organizações pesquisadas valorizam a participação das bases em seu discurso coletivo, principalmente através da realização de assembleias, as quais são amplamente divulgadas por meio das mídias locais e jornais internos, onde são definidos os pleitos e demandas que os membros julgam importantes reivindicar em suas lutas e negociações. Além dessa prática, realizam congressos, seminários, oficinas e debates para definir suas bandeiras de luta. Portanto, parece haver nestas práticas políticas uma tentativa permanente de ouvir e se relacionar com as bases sociais que dão suporte aos sindicatos e federação trabalhistas. Isto é, uma forma de aproxima-se delas e, conseqüentemente, de se legitimar enquanto lideranças nos processos de negociação capital-trabalho, caracterizando um tipo de relação de representação que não é concebida como dada, como naturalmente derivada da conquista de cargos de direção ou de destaque.

Ainda neste sentido, há nestas organizações uma combinação de práticas de democracia representativa com formas diretas de participação, como quando realizam as assembleias ou consultam as bases para tomada de decisões. Por outro lado, as eleições de representantes ocupam um lugar de destaque no funcionamento dos sindicatos, cujos vencedores assumirão a responsabilidade de tomar algumas decisões (estratégicas e/ou administrativas) de forma exclusiva, isto é, sem anuência e/ou consulta aos filiados. Ao combinar democracia direta com representativa, evita-se que a eleição de representantes resulte na completa substituição dos filiados enquanto participantes ativos da dinâmica sindical.

Em termos de possíveis redes políticas, concebidas a partir dos graus de afinidade e predisposição para o trabalho em parceria, manifestado nos discursos coletivos das instituições representativas dos trabalhadores, pode-se dizer que, em geral, elas têm uma tendência maior a se aliar com outros sindicatos de trabalhadores e organizações populares com posturas ideológicas consideradas de esquerda, com destaque para a *unânime* proximidade com o Partido dos Trabalhadores. Entretanto, embora tal fato seja recorrente, não existe uma relação formal com os partidos políticos. Elas demonstram suas limitações neste campo quando se deparam com tendências e práticas políticas opostas aos seus objetivos, por exemplo, com organizações patronais e partidos considerados de direita, cujas afinidades políticas declaradas são baixas ou inexistentes – salvo em situações pontuais, nas quais haja extrema necessidade de se relacionarem com organizações não-afins, como é caso da

Intersindical, que compõe uma ampla e heterogênea articulação pela construção do Porto de Águas Profundas.

Já sobre as organizações que compõem o subgrupo denominado ***mundo empresarial*** – FAES e FINDES – podemos dizer que a característica que as unifica e as distingue de suas congêneres do mundo do trabalho é a maior disposição – ao menos assim demonstrada – em intervir nos processos de tomada de decisões públicas, do que em se legitimar perante as bases sociais que lhes dão suporte. Seja participando ativamente de instâncias públicas de deliberação (comissões, conselhos temáticos, grupos de trabalho, câmaras técnicas, fóruns, etc.) que envolvam questões ligadas mais diretamente aos interesses do setor (FAES), seja desenvolvendo novas estratégias para ampliar seus pontos de interação com as sociedades política e civil capixabas (FINDES), ambas esmeram-se em desenvolver uma *performance proativa*, especialmente diante dos agentes estatais, ocupando assim um espaço de intervenção nos negócios públicos possibilitado pela faculdade democrática de participação aos atores sociais.

Do ponto de vista das redes políticas potencialmente integradas por estas instituições, há uma maior diversificação de elementos constituintes, se compararmos com as preferências articulatórias dos sindicatos e federação trabalhistas. FINDES e FAES declaram em seus discursos coletivos haver alta predisposição em construir coalizões políticas com organizações *exógenas* ao mundo empresarial, tais como Transparência Capixaba, OAB, FETAES e Sintraconst.

No que concerne ao subgrupo Partido Políticos – PT, PSDB, DEM – o traço que os caracteriza e os singulariza perante as demais organizações estudadas é em primeiro lugar o seu papel de atores fundamentais para o funcionamento das democracias modernas, na medida em que eles exercem papel central na organização e funcionamento do exercício do poder nas sociedades democráticas (MENEGUELLO, 1998). Desse modo, a proximidade do partido com a arena governamental constitui para eles um poderoso meio de desenvolvimento. Isto porque ocorre uma dinâmica de funcionamento circular entre a arena eleitoral e a arena governamental que “define a relevância dos partidos para os governos, constituindo um círculo virtuoso de fortalecimento da organização partidária. Esse círculo virtuoso não apenas potencializa a capacidade de representação dos partidos, mas também incrementa seus recursos organizacionais” (MENEGUELLO, 1998, p. 166).

Os partidos analisados constituem-se nas organizações mais expressivas no espectro político partidário nacional e também no estado do Espírito Santo. Em termos de

subgrupo o que os identifica e os distingue são suas próprias origens e vínculos estabelecidos com a sociedade civil, assim como os valores que professam e ideologias a que se filiam no espectro político ideológico. Desse modo, enquanto o DEM e o PSDB caracterizam-se por serem partidos que emergiram a partir de um “centro” e expandiu por penetração territorial, o PT nasceu por “germinação espontânea” e se desenvolveu por difusão territorial (Panebianco, 2005). Distinguem-se também no que concerne à relação com as bases, mobilização eleitoral e participação nos processos decisórios internos. Os dois primeiros identificam-se com o modelo de democracia elitista, enquanto que o PT está mais próximo do modelo de democracia participativa.

Em relação às redes de articulação política e/ou de coalizões preferenciais expressas nos discursos coletivos destas instituições partidárias, em geral, elas seguem o padrão esperado de acordo com os campos políticos ideológicos a que se filiam. Desse modo, enquanto o PT tem alta propensão para se articular e obter apoio das organizações do mundo do trabalho e da sociedade civil, esta última, em especial aquelas de tendências à esquerda, e baixa propensão para alianças com partidos e organizações à direita, o DEM tem propensão inversa. O PSDB, por sua vez, caracterizado no espectro político partidário nacional e estadual, como partido de centro, tendeu a ser mais inclusivo em relação às organizações do mundo empresarial e a algumas organizações da sociedade civil de perfil mais difuso e liberal na defesa de seus interesses.

Diferentemente dos subgrupos anteriormente analisados, é difícil encontrar características que unifiquem as instituições que aqui constituem o subgrupo das *organizações civis e movimentos sociais* (CPV, Famopes, ES em Ação, OAB e Transparência Capixaba), especialmente no que tange à constituição e finalidade de cada uma delas. Com relação a isto, nossa pesquisa constatou que os grupos, interesses e valores que se expressam neste subgrupo compreendem desde extratos sociais mais populares e dedicados a conquistar benefícios políticos e econômicos para si, até setores de classe média e alta, voltados para discussões mais amplas, transversais ou difusas como transparência e responsabilização política, ética público-privada e direitos humanos.

Este dado só confirma a *heterogeneidade* que caracteriza a chamada sociedade civil, segundo a literatura consultada (DAGNINO et al., 2006; COSTA, 2002), e adverte sobre o equívoco de referir-se a ela como se tratasse de um único e mesmo ator que, apesar dos múltiplos elementos que a conformam, possuísse uma natureza homogênea e, neste sentido, atuasse tal qual um indivíduo – geralmente considerado

pelos discursos mais preocupados com o modismo de determinados termos do que com reflexões conceituais relativas ao *pólo democratizador* na relação Estado-sociedade, passível de ser exortado e mobilizado para alianças ou parcerias políticas consideradas democráticas ou democratizantes.

Em outras palavras, é importante estar ciente da heterogeneidade estrutural da sociedade civil para não atribuir apressadamente o insucesso de determinadas redes sociais, forjadas para fins específicos, à falta de interesse de alguns de seus componentes em participar da gestão dos negócios públicos. Tal insucesso pode advir das profundas e muitas vezes irreconciliáveis diferenças entre propósitos, expectativas e valores cultivados em cada organização, cuja harmonização ou ao menos possibilidade de convivência e diálogo exigiriam um debate preliminar em que fossem definidos *coletivamente* o interesse público a ser perseguido e as estratégias a serem utilizadas para tanto, sob pena da ação em rede se transformar em um conjunto de esforços isolados destinados à resolução de problemas pontuais, onde “cada um faz a sua parte” dentro de uma proposta de ação preestabelecida ou, em caso de desacordo com tal proposta, retira-se da rede (cf. TATAGIBA, 2006a).

Apesar da heterogeneidade que caracteriza este subgrupo, dois traços marcantes nos chamaram a atenção pela importância que ocupam nos discursos coletivos das instituições deste subgrupo, muito embora não sejam exclusivos dele, a ponto de marcarem uma diferença essencial em relação aos dois outros subgrupos. Trata-se da questão do apartidarismo (que o aproxima do subgrupo *mundo empresarial*) e o declarado grande apreço pelos valores democráticos (comum à maioria das organizações pesquisadas, independentemente do subgrupo em que tenham sido classificadas), especialmente no que se refere à prática do diálogo, aproximação entre lideranças e base, distanciamento entre esfera pública e privada, impessoalidade e moralidade, publicidade em prol do interesse coletivo.

Nível do Padrão	QUADRO 08 - TENDÊNCIAS DE FORMAÇÃO DE COALIZÕES POLÍTICAS, APOIOS E/OU SOLIDARIEDADES ENTRE AS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS			
	Mundo do Trabalho	Mundo Empresarial	Orgs. Cíveis e Movimentos Sociais	Partidos
	Fetaes, Intersindical, Sindfer, Sintraconst	Fecomércio*, Faes e Findes	CPV, Famopes, OAB, ES em Ação, Transparência Capixaba (TC), CONIC* e CNBB*	PT, PSDB, DEM e PMDB*
Forte	Em geral, essas instituições têm maior disponibilidade de coalizão com PT e demais organizações de trabalhadores	Em geral, essas instituições têm maior disponibilidade de coalizão com ES em Ação e Fecomércio.	Em geral, essas instituições têm maior disponibilidade de coalizão com OAB, CNBB, CONIC e TC.	Em geral, essas instituições têm maior disponibilidade de coalizão com OAB, TC e Fecomércio.
Média	Em geral, essas instituições têm média disponibilidade de coalizão com TC, PMDB.	Em geral, essas instituições têm média disponibilidade de coalizão com orgs. cíveis/movs. sociais (Findes: CONIC, Famopes e CPV; Faes: TC, OAB e CNBB).	Em geral, essas instituições têm média disponibilidade de coalizão com as organizações do mundo do trabalho.	Em geral, essas instituições têm média disponibilidade de coalizão com Faes.
Fraca	Em geral, essas instituições têm baixas ou nenhuma disponibilidade de coalizão com PSDB, DEM, FAES	As respostas não permitiram estabelecer uma tendência comum: a Findes apresentou baixa / ausência de interesse em se articular com partidos; a Faes, com movs. sociais (CONIC e CPV) e orgs. do mundo do trabalho (Intersindical).	Em geral, essas instituições têm baixa ou nenhuma disponibilidade de coalizão com partidos políticos.	Em geral, essas instituições têm baixas ou nenhuma disponibilidade de coalizão com o PT (salvo o próprio, claro está).

Fonte: Análises realizadas nos capítulos precedentes.

* Organizações que, por motivos diversos (vide apresentação), tiveram que ser abandonadas ao longo da pesquisa, mas que permaneceram no catálogo de instituições de interesse do projeto.

As tendências de articulação política acima apresentadas foram construídas considerando a presença *unânime* de determinadas organizações nas respostas apresentadas, ou seja, ainda que a instituição “X” tenha declarado alta disponibilidade de articulação com as organizações A, B e C, estas aparecerão no quadro de tendências apenas se também tiverem sido nomeadas pelas demais instituições do subgrupo ao qual “X” pertence. Por exemplo, no subgrupo *organizações cíveis e movimentos sociais*, Findes, Fecomércio e FAMOPES foram citadas por duas organizações das cinco efetivamente entrevistadas como sendo atores que gozariam de prioridade em caso de articulação política. Contudo, apenas OAB, CNBB, CONIC e Transparência Capixaba obtiveram a unanimidade das respostas e, por isso, figuram na linha relativa à forte tendência para coalizões. Da mesma maneira, OAB e Transparência Capixaba – juntamente com a Federação do Comércio – também foram citadas de forma unânime pelos partidos políticos como entidades a serem buscadas prioritariamente para parcerias, apoios ou solidariedades, enquanto que Findes e ES em Ação foram nomeados por dois dos três partidos efetivamente entrevistados.

Dentro do universo de indicações e pistas que o gráfico acima nos oferece, ao menos três análises merecem ser destacadas. A primeira refere-se à particularidade da ONG **ES em Ação** e da rede política tecida ao seu redor. Se, por um lado, este ator social foi classificado, no âmbito desta pesquisa, como elemento constituinte do conjunto heterogêneo de organizações que compõem a sociedade civil capixaba, cuja constituição e práticas diferenciam-se, daquelas entidades identificadas com o mercado (sindicatos e federações) e com o Estado (partidos políticos), por outro lado a ONG empresarial parece possuir vínculos identitários mais fortes do que gostaria de admitir com estas duas dimensões.

Isto aparece indicado de maneira mais ou menos clara quando analisamos as redes sócio-políticas virtualmente tecidas ao redor desta organização: por um lado, ela é apontada como parceira privilegiada para articulações de primeira ordem por entidades sindicais patronais (Findes e Faes) – sendo que há reciprocidade em tal preferência articulatória – e por partidos políticos (PSDB e DEM) – embora, de sua parte, rejeite solenemente parcerias institucionais desta natureza. Por outro lado, o CPV é a única entidade do subgrupo das organizações civis e movimentos sociais que cita o ES em Ação como parceiro potencialmente prioritário, no que destoaria com as demais instituições que fazem parte do mesmo subgrupo: todas as demais (OAB, Transparência Capixaba e Famopes) denotam um interesse secundário em fazer articulações com a ONG empresarial.

Isto nos indica, em primeiro lugar, o quanto as categorias analíticas utilizadas pelo pesquisador – no nosso caso, o mercado, o Estado e a sociedade civil – são flexíveis, porosas e permitem um alto grau de interação entre si, não devendo jamais ser empregadas de maneira estanque. Em segundo lugar, e em consequência disto, notamos que a ONG ES em Ação esforça-se por se diferenciar do mercado (sindicatos, federações) e do Estado (partidos políticos), tanto em termos de estrutura organizacional, como em termos de estratégias de atuação e de temas defendidos na esfera pública capixaba. Mas, apesar disso, parece ser alvo de certo estranhamento ou receio de grandes aproximações por parte de “seus pares”, isto é, outras organizações civis que se particularizam por sua estrutura e propostas políticas quando comparadas àquelas da esfera da economia e da política.

A segunda análise que salta da rede de articulações acima exibida é a que se refere à unanimidade absoluta com que as instituições civis e movimentos sociais repelem ou evitam a proximidade formal com partidos políticos. O padrão relacional verificado confirma, portanto, o fato ou a necessidade, apontada pela literatura consultada (COHEN e ARATO, 1989, COSTA, 2002, LUCHMANN, 2002) de diferenciação desta

esfera (sociedade civil) com relação às demais (mercado e Estado). Isto, especialmente com relação ao Estado, dado que boa parte dos atores civis afirmou lutar pela autonomia de recursos, de pensamento e de ação que os legitimem perante a sociedade e os qualifiquem como novo canal de articulação e expressão (representação) de suas demandas.

Finalmente, um terceiro conjunto de dados que estimula indagações e interpretações diz respeito ao papel desempenhado pelas organizações de representação dos trabalhadores nas redes sociais capixabas, aqui representadas pelo pequeno, porém significativo, conjunto de entidades estudado. Se considerarmos o subgrupo das organizações civis/movimentos sociais, notaremos que os sindicatos e federação trabalhista aparecem sistematicamente em segundo lugar na preferência articulatória (média disponibilidade de coalizão)¹, o que pode ser lido como um sintoma de sua baixa penetração em temas e interesses, digamos, mais difusos, como transparência, ética, direitos humanos, inclusão e democratização da política, etc. – seja por razões de (falta de) interesse ou pela pequena capacidade de mobilização das classes trabalhadoras, quando o assunto são questões estranhas ao conflito capital-trabalho.

Por outro lado, se considerarmos o subgrupo dos partidos, veremos que apenas o PT mantém vínculos preferências com os sindicatos e a federação de trabalhadores pesquisados, fato que demonstra coerência com relação à história das origens daquela agremiação. Por fim, no subgrupo do mundo empresarial, aquelas organizações foram em geral², situadas num grau secundário e inferior de preferência articulatória (Findes e Faes, respectivamente), o que não é de se estranhar, uma vez que se tratam de sindicatos patronais. O fato é que, o alto, médio e baixo grau de aproximação entre estas instituições não apresentou qualquer novidade em termos de leque de alianças políticas por parte dos grupos envolvidos, seja no sentido de buscar ampliar as redes tradicionais em que estão historicamente situadas, seja no sentido de aparar arestas, amenizar o peso das diferenças e partir para a inovação de um trabalho conjunto que pudesse dar conta de novos desafios colocados pela globalização para a relação capital-trabalho.

¹ A Famopes é a organização deste grupo que mais se mostrou disposta em buscar nas entidades sindicais trabalhistas eventuais parceiros preferenciais: das quatro instituições mencionadas, três foram classificadas pelos entrevistados com uma forte tendência para articulações (Fetaes, Sintraconst e Intersindical), enquanto que a quarta instituição (Sindfer) recebeu uma consideração secundária no *ranking* das preferências para a formação de redes e apoios. Todas as demais entidades deste grupo apresentam disposição menor em articular-se com sindicatos – à exceção da Transparência Capixaba, que aponta alta disposição com relação à Fetaes.

² À exceção do Sintraconst e da Fetaes, que foram citadas, respectivamente, pela Findes e pela Faes como entidades com grande probabilidade de serem buscadas para formação de articulações e parcerias.